



Os feminismos diante da ofensiva neoliberal e neoconservadora no Brasil: horizontes de perspectivas para as mulheres

The feminisms in the face of the neoliberal and neoconservative offensive in Brazil: horizons of perspectives for women

Maria Brendler Nosvitz¹
Larissa Ramalho Pereira²

RESUMO

Este artigo objetiva debater a pertinência de uma interpretação feminista materialista sobre a atual conjuntura política brasileira. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e exploratória, pautada no método de análise materialista histórico-dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Materialista. Ação Coletiva. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This article aims to present the relevance of a materialist feminist interpretation of the the current Brazilian political situation. The developed research carried out was of the bibliographical and exploratory type and had the dialectical historical materialism as its method of analysis.

KEYWORDS: Materialist Feminism. Collective Action. Neoliberalism.

RÉSUMÉ

Cet article vise à discuter de la pertinence d'une interprétation féministe matérialiste de la situation politique brésilienne actuelle. La recherche effectuée était qualitative, bibliographique et exploratoire, basée sur la méthode d'analyse matérialiste historico-dialectique.

MOTS-CLÉS: Féminisme Matérialiste. Action Collective. Néolibéralisme.

* * *

¹ Assistente Social pela Universidade Franciscana (UFN), Especialista em Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestranda em Ciências Sociais na mesma Instituição e Militante Feminista, Brasil. E-mail: maria.nosvitz@gmail.com.

² Assistente Social pela Universidade Franciscana (UFN), Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Professora Substituta do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. E-mail: larissa.ramalho.pereira@gmail.com.

Introdução

O Brasil tem, nas páginas de sua história, registros suficientes para ser caracterizado como um país estruturalmente conservador. Com seu território colonizado, teve seus povos nativos quase extintos. Como último a abolir a escravidão, evita cicatrizar essa ferida, arrancando a casca a cada 23 minutos³, ao assassinar mais um jovem negro. Ancorado em um sistema econômico capitalista, seu povo expropriado, explorado e subjugado a seus ordenamentos resiste às desigualdades basilares e consequentes desse.

Pelo descrédito em relação à democracia representativa, evidenciado ainda mais pelo rechaço à classe política brasileira, teve apenas uma mulher presidenta na história do país, dentre trinta e oito homens, sendo que mais da metade de sua população é feminina. Como exemplo do patriarcado, as mulheres brasileiras recebem apenas 77,7%⁴ do salário dos homens e são vítimas de estupro a cada 10 minutos⁵. Portanto, o contexto de que se trata, é de um país com estruturas opressoras e exploradoras, pela sua herança colonialista, racista e patriarcal e pela sua economia capitalista. Por conta das limitações deste trabalho, a discussão aqui proposta está preocupada, principalmente, em analisar as articulações entre o patriarcado e o capitalismo.

A escolha pela perspectiva feminista materialista para a análise desse contexto surge nas entranhas dos estudos sobre feminismo e luta de classes, durante a trajetória de pesquisa das autoras deste artigo. Entre debates, críticas e vivências, o feminismo materialista constitui uma corrente de maior coerência com os seus posicionamentos ético-políticos pessoais e profissionais (enquanto assistentes sociais brasileiras). Torna-se importante

³ Segundo o Mapa da Violência, divulgado pelo portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/um-jovem-negro-e-morto-cada-23-minutos-no-brasil/>. Acesso em 17/08/2021.

⁴ Dados coletados e divulgados em março de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, divulgados. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18314-trabalho-e-rendimento.html>. Acesso em 17/08/2021.

⁵ De acordo com a Agência Patrícia Galvão, responsável por diversas pesquisas em torno da violência contra as mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/1-estupro-a-cada-8-minutos-e-registrado-no-brasil/>. Acesso em 17/08/2021.

demarcar que o Serviço Social brasileiro possui uma explícita direção social e política comprometida com a superação das opressões de classe, raça e gênero/sexo. Ressalta-se, de antemão, o conhecimento acerca da crítica do feminismo materialista à perspectiva marxista sobre a exploração da classe trabalhadora no sistema capitalista, por subjugar a condição feminina⁶, especialmente explorada e oprimida.

Entretanto, como será apresentado, a articulação entre o capitalismo neoliberal e o patriarcado neoconservador, no Brasil, está produzindo consequências materiais cada vez mais intensas às mulheres, subalternizadas e exploradas. Esse contexto, portanto, acaba por evidenciar a urgência de uma interpretação feminista materialista para pensar a sua superação, de modo que compreenda a articulação entre o capitalismo e o patriarcado.

Destarte, o texto está estruturado em três seções: a primeira contextualiza brevemente a economia política contemporânea brasileira, que estabelece raízes explícitas no neoliberalismo e no neoconservadorismo. A segunda objetiva discutir a necessidade de uma interpretação feminista materialista, como estratégia de enfrentamento à essa conjuntura. Já a terceira apresenta algumas mobilizações públicas lideradas por mulheres, com inspirações nos movimentos feministas, discussão proposta a fim de vislumbrar horizontes possíveis. Por fim, busca-se pensar nas contribuições do feminismo materialista para a superação da atual conjuntura brasileira.

Utilizando-se de referências que estão em consonância com o objetivo social dessa pesquisa, comprometidas com o combate às opressões de sexo e de classe (ou, se não, com pelo menos uma delas), buscou-se elucidar os mais recentes debates em torno da temática, sem deixar de dialogar com algumas referências clássicas. Isso posto, o presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, de natureza qualitativa,

⁶ Para um maior aprofundamento desse debate, indica-se a leitura do artigo de Maira Abreu, intitulado “Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão”, publicado na revista Estudos Feministas, em 2018.

orientada pelo método de análise materialista histórico-dialético, de inspiração marxista.

A ofensiva neoconservadora e neoliberal no Brasil

Parte-se do princípio que, para compreender as reações neoconservadoras e neoliberais do contexto brasileiro atual, é fundamental conceituar tais categorias, consideradas basilares nesse texto. O prefixo “neo” significa novo, portanto, permite identificar que essas iniciativas já existiam e que estão constantemente se renovando. De acordo com Flávia Biroli et al. (2020, p. 25), o termo neoconservadorismo “foi formulado inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, para descrever as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura”. Atualmente, têm-se adotado para caracterizar o “fenômeno em sua emergência no momento político atual” (BIROLI et al 2020, p. 25).

Para refletir sobre a cena política brasileira contemporânea, é necessário descrever brevemente os desdobramentos políticos dos últimos anos. Considerando o grande marco histórico das manifestações de Junho de 2013 no país, busca-se elucidar a influência das referidas ações coletivas no estabelecimento da atual conjuntura neoconservadora no Brasil. De acordo com Angela Alonso (2020), na época, mudanças na sociedade brasileira vinham produzindo desequilíbrios na balança de poder social. “Delas emergiram grupos descontentes, munidos de redes de sociabilidade, novos estilos de protestar, novas agendas. Este processo político achou pico em 2013 e desfecho dramático na eleição de Bolsonaro (...)” (ALONSO, 2020, p. 96).

Na análise desse processo, Marcelo Freixo e Rosana Pinheiro-Machado (2019) explicam que as manifestações de Junho de 2013 foram compostas por atores políticos heterogêneos. O autor e a autora explicam que, de um lado, houve a “descoberta” das ruas pela direita, representada

por manifestantes jovens que intercalavam uma retórica “antipolítica” com um liberalismo difuso. Dentre eles, chamou a atenção a presença de “cidadãos de classe média com um extemporâneo e caricato discurso anticomunista somado a um genérico sentimento anticorrupção” (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 8). Alonso (2020) descreve que esse grupo pode ser interpretado também como “patriota”. Além disso, a autora explica que, do outro lado, havia a presença do campo autonomista e socialista.

O campo autonomista de movimentos neoanarquistas privilegiou estilos de vida alternativos, identidades étnicas e de gênero. O socialista, de movimentos, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, tinha agenda redistributiva. Ambos incorporavam políticas públicas (ALONSO, 2020, p. 97 e 98).

Em sua pesquisa denominada “A gênese de 2013: formação do campo patriota”, Alonso (2020) analisa de que forma essas manifestações resultaram, ou melhor, contribuíram com o estabelecimento do atual contexto neoconservador no Brasil. Manuel Castells (2018) comenta que, nos últimos tempos, têm-se instaurado uma crise profunda que pode ser resumida como uma “ruptura da relação entre governantes e governados” (p. 6), causada principalmente, de acordo com o autor, pela desconfiança nas instituições e pela deslegitimação da representação política. Nesse sentido, Freixo e Pinheiro-Machado (2020) concluem que a efervescência das manifestações de Junho de 2013, fruto da crise política, acabaram por colaborar com a guinada da direita no país, que estava em *stand by* nos últimos anos, principalmente pela presença do Partido dos Trabalhadores - PT no poder.

Há quem considere que Junho de 2013 ainda não terminou e que representou um perigo à democracia brasileira, uma vez que, na esteira dessa história, levou ao impedimento da única presidenta legitimamente eleita e à prisão do ex-presidente mais popular do período democrático do País, conhecido como Lula da Silva. Entretanto, não se pode deixar de considerar as transformações ocorridas a partir daquele momento, no que tange às “primaveras feminista e secundarista”, entre os anos de 2015 e

2016, bem como o impulso para a renovação dos parlamentos municipais, quando novos atores políticos surgem e se destacam no cenário brasileiro, exemplo da vereadora Marielle Franco, mulher, negra e lésbica, que foi assassinada em março de 2018, no Rio de Janeiro. É imprescindível que a análise diagnóstica aborde diferentes perspectivas acerca da história, pois, apesar dos fatos não mudarem, ainda assim, os mesmos poderão ser apreendidos a partir de distintos prismas (PEREIRA, 2020).

Com o golpe de 2016, que culminou no impeachment de Dilma Rousseff (PT) e com a eleição de Jair Bolsonaro (na época do Partido Social Liberal - PSL, atualmente sem partido) para a Presidência da República, em 2018 o campo patriota, misógino e neoconservador toma força, respaldado por essa representação presidencial e pela “ampliação da maioria direitista no Congresso Nacional” (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 11). Esse processo é denominado pelos autores como *desdemocratização neoliberal*:

Nesse sentido, o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e com o progressismo (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 11).

Essa crise política e econômica possibilitou a restauração do neoliberalismo pelo governo neoconservador atual. A problemática dessa articulação incide pois o neoliberalismo submete o Estado ao capital e a população, principalmente feminina e negra, por sobreviver ao sistema capitalista, à superexploração do trabalho. O desmonte da legislação trabalhista, sob a máscara de “flexibilização” do trabalho, acaba por desregulamentar a relação entre as classes sociais, que são essencialmente antagônicas. Como exemplo disso, pode-se citar a promulgação da Lei da Reforma Trabalhista no Brasil, em 2017, período de crise econômica e política no país (PERES, 2021). Além disso, esse modelo de produção flexível

tende a desresponsabilizar o Estado pela opressão e exploração causada pelas hierarquias sociais e econômicas inerentes ao sistema capitalista, patriarcal e racista, realocando essa função à sociedade civil⁷. De acordo com David Harvey (2004, p. 74), no estado neoliberal “cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles”. Por conta disso, o autor afirma que o sucesso e o fracasso são interpretados de forma individual e justificados a partir de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (HARVEY, 2004).

Desse modo, Jair Bolsonaro, explicitamente posicionado à extrema direita, articulado com o referencial econômico neoliberal, assumiu o poder na defesa da tradicionalidade dos costumes, travestida sob a égide da ordem e da “família” (entendida como heterossexual). Esse discurso, em um país com raízes colonialistas, racistas e patriarcais, como apresentado, representa também a reprodução dessas estruturas. A problemática em torno dessa reprodução se dá, inclusive, pelo sistema patriarcal ser a estrutura basilar da exploração e subordinação das mulheres pelos homens. Como afirma Heleieth Saffioti (2015), o patriarcado, ao condicionar as relações entre os sexos à uma hierarquia, não contamina apenas as relações privadas, “mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2015, p. 57). Como exemplo disso, pode-se citar as manifestações misóginas por parte de Bolsonaro, que, de acordo com o Jornal El País⁸, já foi, inclusive, processado por isso.

Nesse sentido, Alonso (2020) disserta que a elite burguesa aproveitou-se desse contexto de instabilidade política para então recuperar as condições de exploração disfarçadas de liberdade econômica para recompor sua margem de lucro. Destarte, chega-se então na correlação entre

⁷ Sociedade civil é entendida aqui a partir do conceito cunhado por Antonio Gramsci, que, dentro dos grandes “planos” superestruturais, é chamado de sociedade civil o “conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”, que correspondem à função de “hegemonia” exercida pelo grupo dominante em toda a sociedade” (2001, p. 20 e 21, grifos do autor).

⁸ Para mais detalhes indica-se a leitura completa da matéria no link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

neoconservadorismo (sustentação do patriarcado) e neoliberalismo (estratégia de reprodução do capitalismo) fomentada pelo atual governo brasileiro. Mas afinal, de que forma a articulação desses projetos no Brasil tem afetado as análises feministas da realidade e, conseqüentemente, a ação coletiva do movimento? Os contornos que envolvem esse debate serão aprofundados na seção que segue.

A pertinência das contribuições do feminismo materialista

A articulação entre a hierarquia dos sexos estabelecida pelo patriarcado e a hierarquia das classes sociais estabelecida pelo capitalismo constitui o que se entende por sociedade capitalista-patriarcal. Nesse contexto, a pesquisadora feminista materialista Christine Delphy (2015) constata que existem dois modos de produção: o industrial, que produz a maioria das mercadorias, e o familiar, que produz os serviços domésticos e reproduz a vida. O primeiro estabelece a exploração capitalista e o segundo a exploração patriarcal. No mesmo raciocínio, Carole Pateman (1988) explica que, assim como os capitalistas podem subordinar os trabalhadores, os maridos podem subordinar as esposas, legitimados por contratos, respectivamente, o de trabalho e o de casamento. Dessa forma, a autora defende que o contrato social supostamente estabelece uma liberdade universal, uma vez que dá origem a direitos políticos através de relações de subordinação e dominação das mulheres, o que acaba por constituir o sistema patriarcal.

Vale elucidar a origem da palavra patriarcado reporta-se à vertente grega, *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). Ou seja, autoridade do pai. Na acepção feminista é compreendida como a detenção do poder pelos homens, sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres”; dando origem à estrutura patriarcal hierárquica que parte do domínio privado para o público e transcende a esfera da família para esfera pública. Entretanto, no campo dos estudos feministas e de gênero, nem sempre as

relações patriarcais de sexo são interpretadas a partir dessa problemática, inclusive, nem sempre são assim denominadas.

O conceito mais recorrente na literatura feminista brasileira para descrever as desigualdades entre homens e mulheres é o de relações de gênero. Uma das grandes referências do uso do gênero nas análises feministas é a autora norte-americana Joan Scott. Em seu famoso artigo denominado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” ela descreve que gênero constitui “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75). A autora explica que a sua utilização possibilita compreender todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele e também não determina a sexualidade, colocando em questionamento a ideia de heterossexualidade como “norma” (SCOTT, 1995, apud NOSVITZ, 2021). Todavia, como ressalta a pesquisadora brasileira Heleieth Saffioti

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão (SAFFIOTI, 2015, p. 138).

Dessa forma, para explicar a escolha por *relações patriarcais de sexo*, primeiramente tomada pela coerência com a perspectiva teórico-política empreendida nesse trabalho, o materialismo histórico-dialético, de inspiração marxista, se utilizará do que disserta Mirla Cisne (2018), pesquisadora do feminismo materialista francófono e assistente social. Desse modo, a autora problematiza a utilização do conceito de gênero quando apartado da discussão sobre patriarcado

Além de polissêmico e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero, por vezes, possibilita um distanciamento do sujeito político mulher e de suas lutas, circunscrevendo-se no chamado “feminismo acadêmico”. É, portanto, um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e “raça”, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes [...] dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo [...] especialmente quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado (CISNE, 2018, p. 77).

O que se permite hoje visualizar sob outra perspectiva as relações entre os sexos são os debates teóricos realizados pelas feministas materialistas francófonas. Conforme explica Cisne (2018), o termo original em francês é denominado como *rappports sociaux de sexe*. Essa perspectiva possibilita entender que as relações entre homens e mulheres não são simplesmente relações sociais, mas estão circunscritas em uma estrutura patriarcal, que os condiciona como grupos antagônicos. As contribuições do feminismo materialista francófono são inúmeras e profundas, que ora serão abordadas.

De acordo com Cisne e Falquet (2020), essa vertente estrutura suas análises nas relações materiais, ou seja, parte da compreensão de que a ideologia não se encerra em si mesma. Portanto, é necessário interpretar a cultura e a ideologia numa relação intrínseca e dialética com suas bases materiais, a partir do contexto em que elas se expressam. As autoras explicam, com base em Colette Guillaumin (1992), descrita como fundadora do feminismo materialista francófono, que “as dimensões materiais e ideais são duas faces de uma mesma moeda” (GUILLAUMIN, 1992 apud CISNE; FALQUET, 2020, p. 427). Pretende-se afirmar com isso que, a partir do feminismo materialista, a fim de analisar as desigualdades econômicas e de sexo de forma a contribuir para as suas superações, não se pode desconsiderar as estruturas que condicionam os sujeitos às relações de exploração. Nesta ordem, reafirma-se a centralidade da categoria trabalho nos estudos feministas de tradição marxista. O que contrapõe ao conceito de gênero é que “sua utilização é destituída da noção de hierarquia entre os sexos e de outras desigualdades estruturantes, como as de classe” (CISNE, 2014, p. 137).

A cientista social Maira Abreu (2018), com base em seu estudo sobre a história do feminismo materialista francófono, explica que a ideia de uma interpretação materialista originou-se no início da década de 70, na França. Ela comenta que, na época, haviam grupos que se identificavam como “feministas revolucionárias” e “feministas radicais” mas só posteriormente

como “feministas materialistas”. Desse modo, a ideia de uma análise materialista estava estruturada principalmente em críticas sobre a forma como os movimentos de esquerda concebiam a opressão às mulheres.

A autora comenta que, nos últimos tempos, a perspectiva materialista no feminismo está preocupada também em refletir sobre as consequências das análises pós-modernas, pós-estruturalistas e *queer* que surgem, principalmente, no contexto norte-americano. Abreu (2018) referencia a pesquisadora francesa Nicole-Claude Mathieu (2014), que justifica a crítica, afirmando que essas perspectivas podem causar “o abandono da análise das relações sociais concretas” (MATHIEU, 2014, p. 323 apud ABREU, 2018, p. 13).

Essa breve contextualização do feminismo materialista e a crítica às perspectivas teóricas que não reconhecem as opressões como estruturais objetivam refletir, considerando o contexto político brasileiro apresentado inicialmente, sobre a importância do feminismo materialista para compreensão das problemáticas sociais. Nesse raciocínio, Mirla Cisne (2020) se utiliza do estudo de Jules Falquet (2009) para explicar de que forma o neoliberalismo se apropria das relações patriarcais de sexo, as quais, como comentado, são reproduzidas e sustentadas pelo ideal neoconservador da atual conjuntura política do Brasil

(...) enquanto muitos procuram definir os contornos do novo proletariado global, o que se vê é que composto por mulheres empobrecidas e proletarizadas de todas as raças, e pessoas racializadas empobrecidas e proletarizadas de todos os sexos, que são empurradas conjuntamente para realizar a maioria das atividades desvalorizadas e mal pagas de reprodução social (FALQUET, 2009 apud CISNE, 2020, p. 432).

Ao analisar as estratégias do neoliberalismo sob uma perspectiva feminista materialista, torna-se possível compreender duas consequências: primeiramente, que ele fragiliza a organização e a ação coletiva dos movimentos sociais, inclusive o feminista, por individualizar demandas

comuns, causadas pela mesma estrutura de opressão. Além disso, Mirla Cisne (2018) apresenta mais um argumento em defesa dessa crítica

(...) não nos é suficiente pensar nas categorizações individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de forma individualizada, ainda que isso também seja importante. As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política. Afinal, entendemos como relações sociais aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicos (CISNE, 2018. p. 212).

Em segundo lugar, o neoliberalismo reformula a estrutura capitalista constantemente na direção crescente da superexploração do trabalho dos grupos mais fragilizados social e economicamente: as mulheres, mas especialmente as mulheres negras. Como comentam Cisne e Gurgel (2014), em uma entrevista que realizaram com a pesquisadora francesa Jules Falquet, ao reafirmarem a necessidade da interpretação feminista materialista

(...) Nicole-Claude Mathieu, já em 1971, no artigo *Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe* [Notas para uma definição sociológica das categorias de sexo], afirmou que em vez de estudar apenas as mulheres (como o movimento feminista propunha como meio para retirar as mulheres da invisibilidade) tinha que se pensar as mulheres e os homens de forma relacional, dialética, ou seja, social, como classes de sexo (FALQUET, 2014 apud CISNE; GURGEL, 2014, p. 249-250).

A pertinência dessa interpretação sobre a condição neoliberal contemporânea no Brasil, deve-se à necessidade de uma crítica radical ao poder, que reflita sobre os efeitos contraditórios dessa lógica. Afinal, além da superexploração do trabalho, o neoliberalismo confunde a emancipação do sexo feminino de suas opressões e explorações através do fomento à iniciativa privada de independência econômica das mulheres em relação aos homens.

Silvia Federici, pesquisadora e militante feminista, em sua mais nova obra publicada, “O patriarcado do salário” (2021), introduz o debate problematizando justamente a busca por essa “emancipação econômica”, que para ela é parte do projeto da esquerda, pelo direito ao trabalho assalariado para as mulheres. Entretanto ela elucida que essa reivindicação, no seio do sistema capitalista e patriarcal, ignora a exploração do trabalho doméstico feminizado e não salariado e acaba por não oferecer apenas o direito de trabalhar, mas sim “o direito de trabalhar mais, ou seja, o direito de sermos mais exploradas” (FEDERICI, 2021, p. 26). Portanto, não há plena emancipação feminina nas entranhas do capitalismo patriarcal e, nesse sentido, alerta Federici (2021, p. 25) “o resultado de uma análise que enxerga a opressão das mulheres como resultado de sua exclusão das relações capitalistas é uma estratégia que defende que integremos essas relações, em vez de as destruímos”.

Desta forma, a interpretação feminista materialista desse contexto está centrada na compreensão de que o elemento-chave para a conquista da emancipação feminina não é a análise da diferença sexual, das identidades e das individualidades, como as teorias pós-modernas enfocam e como o neoliberalismo insiste em tentar convencer, mas sim a materialidade das estruturas de opressão, exploração e subordinação às quais todas as mulheres estão submetidas.

A ação feminista materialista: horizontes de perspectivas

O Brasil têm passado por um momento específico de articulação neoliberal e neoconservadora, como contextualizado inicialmente. A feminista materialista francesa Christine Delphy já escrevia, em 1970, que o inimigo principal das mulheres é a economia política do patriarcado. Portanto, já é sabido que o patriarcado e o capitalismo neoliberal são estruturas que se retroalimentam constantemente, inclusive na produção do neoconservadorismo. Nesse sentido, torna-se importante lembrar do marco

histórico das manifestações de resistência à eleição da principal figura política que sustenta e defende esse ideal, o atual presidente do Brasil, ainda que essas não tenham alcançado o seu principal objetivo.

Em setembro de 2018, aconteceram inúmeras manifestações nas ruas do Brasil e do mundo, de um Movimento conhecido como #elenão, composto majoritariamente por mulheres, na direção contrária desse (na época) candidato. Esse processo de resistência materializou-se majoritariamente nas ruas, através de manifestações organizadas por esse movimento.

No Brasil, os movimentos feministas contemporâneos, que marcam o século XX e XXI, são impulsionados, geralmente, por mulheres privilegiadas no quesito de classe e raça. Dentre as bandeiras de lutas está a igualdade de direitos em relação aos homens, ou melhor, a conquista da posição social de reconhecimento e legitimidade social. Observa-se, desta forma, que os movimentos feministas circulam no campo das lutas por direitos, muito embora esses não sejam alcançáveis a todas as mulheres, dado que o próprio movimento feminista não é homogêneo e possui suas particulares, a exemplo das mulheres negras e/ou subalternizadas.

Cabe ressaltar que os movimentos feministas provocaram mudanças significativas na sociedade, no que tange às formas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Antes entendido como assunto doméstico/privado - “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” - a violência doméstica se tornou um problema social, uma questão política a ser discutida e encarada em nível comunitário, via leis e políticas públicas, superando a cultura da responsabilização e culpabilização da verdadeira vítima. Dessa forma, no Brasil, atualmente têm-se a lei Maria da Penha, de 2006, de combate à violência doméstica, a lei do feminicídio, de 2015, que agrava a pena de assassinatos cometidos com motivação ligada ao gênero feminino e a lei de importunação sexual, de 2018, que trata do abuso sexual e da divulgação de imagens íntimas, conquistas que são resultado de mobilizações históricas dos movimentos feministas brasileiros.

Tais avanços considerados significativos no âmbito dos movimentos feministas só foram possíveis mediante um esforço coletivo dos diferentes segmentos de organizações de mulheres que trataram de incluir na agenda pública pautas tão caras ao movimento, mas que estão circunscritas na luta contra o patriarcado. Há de se considerar que os movimentos feministas no Brasil sempre tiveram vital relevância e participação em momentos políticos estratégicos para a conjuntura nacional, a contar pela transição da Ditadura Militar, em 1964, para o regime democrático de 1980, bem como na disputa para a construção de uma nova Carta Magna em 1988, que incorpora direitos relevantes ao campo feminista. As formas de resistência, disputa e luta contra o patriarcado são uma tônica dos movimentos feministas de longa data.

Como comentado, em 2018, uma importante expressão de resistência feminina, à real e imediata ameaça à participação da mulher na cena pública, bem como os avanços no campo dos direitos que foram conquistados no decorrer da história pelas mulheres brasileiras, fizeram com que inúmeras jovens, adultas e idosas se reunissem nas ruas e marchassem juntas, contra a opressão do patriarcado que se espelhava na candidatura Jair Messias Bolsonaro. Por mais que não tenha se configurado como um movimento social, ou até mesmo um movimento feminista, as manifestações de protesto conhecidas como #elenão foram um marco de resistência e luta de alcance, inclusive, internacional. É possível nominar outros incontáveis coletivos e organizações de luta e resistências populares, a exemplo da Marcha das Vadias que iniciou no Canadá em 2011 e, no Brasil, em Porto Alegre, em 2014, dando um dinamismo no campo dos direitos das mulheres, contribuindo para manutenção de um pluralismo no debate feminista.

Nesse cenário, constata-se que os movimentos feministas contemporâneos têm atuado em duas dimensões: “[...] de “fora” (exercendo pressão a partir das ruas) e “dentro” do Estado, participando da construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas no âmbito estatal, nacional e em organizações e espaços

transnacionais” (BIROLI, 2018, p. 175). Nesse debate, a teórica feminista norte-americana Nancy Fraser (2007) já problematizava o enfoque exacerbado e não dialético dado por algumas correntes feministas no decorrer do século XX: inicialmente, à ideia de redistribuição e, após, à ideia de reconhecimento. A autora inclusive comenta de que forma o patriarcado se associou ao neoliberalismo na produção desses consensos. No sentido de repensar as estratégias feministas, ela sugere então uma alternativa que compreenda a necessidade da relação das políticas de redistribuição e de reconhecimento, centrada na ideia de representação. Fraser (2007) chega, então, a uma *terceira dimensão*, que vislumbra o feminismo em uma atuação tridimensional “no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada” (FRASER, 2007, p. 305).

Cabe ressaltar, mais uma vez, que a história do Brasil registrou a ascensão de apenas uma mulher à presidência da República, a qual foi drasticamente retirada, por meio de um golpe, combinado por inúmeras manifestações misóginas estimuladas pela mídia e por parte da população brasileira (e de seus representantes no Senado). Entretanto, de acordo com a cientista política Teresa Sacchet (2020), o país possui uma cota de participação feminina na política de 30% há mais de 20 anos. Apesar disso, a autora comenta que em 2018 finalmente foi alcançado o percentual de 15% de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, mas que, não obstante, isso não seria sinônimo de comemoração somente. Pela lógica, o fato de existir a necessidade do estabelecimento de cotas para a participação das mulheres na política já evidencia de que forma pulsa a veia patriarcal no país, fragilizando, inclusive, a democracia “representativa” e a *terceira dimensão*, defendida por Fraser (2007), que seria a representação feminina na política [transnacional].

A socióloga Marlise Matos (2020) corrobora com essa problematização ao destacar que o Brasil conta com uma das piores taxas de representação

feminina do mundo (15% em comparação com 24,1% da taxa mundial⁹). De acordo com ela, a ausência das mulheres nos espaços de decisão política estatal é um forte indicador da presença colonial e patriarcal nos Estados latino-americanos. Matos (2020) reforça que, para a despatriarcalização do Estado, é necessário criar mecanismos institucionais como políticas públicas, para reverter a condição histórica de exploração e opressão das mulheres brasileiras. Para tanto, considera-se essencial o entendimento de Fraser (2007), para repensar a direção das políticas públicas com base no aprendizado das antepassadas: a não substituição das pautas redistributivas pelas pautas de reconhecimento, mas sim, o seu diálogo.

Considerações finais

O feminismo materialista, ao circunscrever a emancipação feminina através da superação das estruturas capitalistas e patriarcais, como visto, reforça a necessidade material de derrubá-las. Destarte, é preciso relembrar o clássico conflito entre reforma e revolução, ainda como um desafio. Reconhece-se que mobilizações femininas tal qual a do Movimento #elenão, para além do seu impacto, acabam por não colaborar suficientemente com a superação das relações de apropriação e exploração, uma vez que podem limitar as ações coletivas das mulheres ao crédito na “democracia representativa” (que também é capitalista e patriarcal), confundindo a imprescindibilidade de sua superação.

Nessa direção, a revolução feminista têm também como desafio o amadurecimento do debate em torno das contradições entre as iniciativas alheias à institucionalidade (que pressupõem uma organização e ação para além da representação democrática) e o fomento da participação política das mulheres, assim como a participação das mulheres na política. Como citam Mirla Cisne e Jules Falquet (2020, p. 438) “o feminismo [materialista] busca a coerência entre pensar e agir tanto nas relações interpessoais, como nas

⁹ Dados do IPU, 2018. Disponível em <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>. Acesso em 25/08/2021.

relações estruturais”. Finalmente, não se pode abandonar o fio condutor desse debate: a materialidade das opressões femininas cotidianas. Para tanto, torna-se necessário elaborar estratégias que reflitam, além da mobilização política das mulheres, a manutenção de suas vidas para que isso se torne, então, possível.

Referências

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, vol. 26, n. 3, 2018, p. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/f7pK66FVCcsSmzQnnMGTkKw/?lang=pt>. Acesso em: 20/08/2021.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, vol. 76, 2009, p. 49-86. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXXz/?lang=pt>. Acesso em: 17/08/2021.
- ALONSO, Angela. A gênese de 2013: formação do campo patriota. *Journal of Democracy*, vol. 8, n. 1, 2020, p. 97-119. Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/a-g%C3%AAnese-de-2013-forma%C3%A7%C3%A3o-do-campo-patriota-4f42f9a14d5e>. Acesso em 22/08/2021.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan; MACHADO, Maria. Matrizes do Neoconservadorismo Religioso na América Latina. In: *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018., 286 p.
- CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Os atuais desafios para o feminismo materialista: entrevista com Jules Falquet. *Revista Temporalis*, n. 27, 2014, p. 245-261. DOI:

<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p245-261>. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7984>. Acesso em
27/08/2021.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 425-440, jan./jun., 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2020v22n2p425>. Disponível em:
<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003/27675>.
Acesso em 18/08/2021.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 99-119, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151704>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wwwgKkcLrkZv5qgnF6kRQfXs/?lang=pt>. Acesso em:
26/08/2021.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista de Estudos Feministas*, vol.15, n.2, 2007, p. 291-308. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/qLvqR85s5gq56d63QhPX4VP/?lang=pt>. Acesso em:
29/08/2021.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2004, 256 p.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Organização: Flávia Biroli [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

NOSVITZ, Maria. *Quem diz #elenão? Perfil e perspectivas de quem participou do movimento*. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH, Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Estudos de Gênero - UFSM, 2021. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21080/TCCE_EG_2021_NOSVITZ_MARIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 25/08/2021.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, 364 p.

PERES, Wagner. A crise da Covid-19, o avanço da reforma trabalhista e as consequências no mundo do trabalho. *Revista Marx e o Marxismo*, vol. 9, n. 16, 2021, p. 1-16. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais_MM2021/MC13_2.pdf
Acesso em: 22/08/2021.

PEREIRA, Larissa Ramalho. *O campo das manifestações populares: um estudo do movimento dos caminhoneiros*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2021. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9662>. Acesso em: 15/09/2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO; Adriano de (Org.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Ed. Oficina Raquel, 2019.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Organização: Flávia Biroli [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, 160 p.

Recebido em 27 de setembro de 2021.
Aprovado em dez. de 2021